



portalbenews.com.br

COMBUSTÍVEIS Governo anuncia aumento da mistura do biodiesel do óleo diesel a partir de 2024 ► **p3**

REPORTO Arthur Lira sinaliza que benefício não deve ser votado na Câmara, segundo aliados ► **p3**

Bruno Rezende/Rota Bioceânica



ROTA BIOCEÂNICA Assinada execução de obra para acesso à ponte Brasil-Paraguai

Via, na BR-267/MS, vai ligar a cidade de Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul, a Carmelo Peralta, no país vizinho ► **p4**

Divulgação/BTP



PORTO DE SANTOS Arrendamento de área da BTP é renovado até 2047 ► **p6**

RODOVIAS Grupo Pátria apresenta plano de trabalho e de operações ao Governo do Paraná ► **p5**

RN Universidade faz pesquisas para melhorar qualidade do sal de terminal salineiro ► **p5**

SANTOS Filipinos são presos tentando embarcar em navio no complexo com cocaína ► **p6**

EDITORIAL

Luta pelo Reporto

A manutenção do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) é vital para o desenvolvimento e a competitividade dos setores portuário e ferroviário no Brasil. O alerta sobre a necessidade de renovar esse incentivo fiscal até o final do ano destaca a urgência de ações governamentais para assegurar a continuidade desse benefício.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, está diante da responsabilidade de conduzir a votação do Projeto de Lei (PL) 5610/2023, que visa estender o Reporto. O prazo limitado, até 31 de dezembro, acrescenta pressão à decisão, especialmente considerando o encerramento das atividades parlamentares até a próxima sexta-feira, 22 de dezembro.

É compreensível que, diante de um prazo tão apertado, haja desafios logísticos e políticos na condução dessa votação. A articulação entre o presidente da Câmara e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, é um passo importante, mas é necessário garantir que esses esforços se traduzam em ações efetivas.

A não votação do projeto no plenário da Câmara não pode ser uma opção aceitável, dada a importância estratégica do Reporto para o desenvolvimento desses setores. Se a votação no Congresso não for viável dentro do prazo, a alternativa de uma Medida Provisória (MP) surge como uma solução pragmática. No entanto, é crucial que essa MP seja editada e analisada em tempo hábil, evitando lacunas legais que possam impactar negativamente os investimentos e a operação dos portos e sistemas ferroviários.

O Reporto é um instrumento valioso para atrair investimentos e promover a modernização desses setores, essenciais para a eficiência logística e o escoamento da produção brasileira. A não renovação desse regime tributário poderia resultar em custos adicionais para as empresas, desestimulando investimentos e comprometendo a infraestrutura necessária para o crescimento econômico.

Assim, o Governo deve agir com celeridade, seja por meio da votação parlamentar ou da edição de uma MP, para garantir a continuidade do Reporto. Essa é uma medida que vai ao encontro dos interesses nacionais, contribuindo para a competitividade, a geração de empregos e o fortalecimento da infraestrutura logística do País.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- 4 Dnit assina ordem de serviço para início das obras de acesso à ponte bioceânica

HUB

- 3 Ministro dos Transportes desmente fala do governador do Paraná sobre pedágios

NACIONAL

- 3 Governo anuncia aumento da mistura do biodiesel do óleo diesel

Arthur Lira sinaliza que Reporto não deve ser votado na Câmara, dizem aliados

REGIÃO CENTRO-OESTE

- 4 Para Pró-Logística, Rota Bioceânica é vantajosa para contêineres, não para grãos

REGIÃO SUL

- 5 Grupo Pátria apresenta plano de trabalho e de operações ao Governo do Paraná

REGIÃO NORDESTE

- 5 Universidade debate parceria com terminal salineiro do RN

REGIÃO SUDESTE

- 6 Com contrato renovado, BTP prevê aumento de 40% na capacidade operacional

portalbenews.com.br



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jaclyra Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Marília Sena,
Vanessa Pimentel e Vitória Malafati

Diretora de Arte
Mônica Petroni Mathias

Assistente de Arte
Paulo José Ribeiro

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

atendimento@portalbenews.com.br

(11) 91615.1200



Desmentido 1

O ministro dos Transportes, Renan Filho (PMDB), desmentiu uma fala do governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), sobre a implantação de um novo modelo de pedágio no estado. As declarações do ministro constam de um vídeo que ele postou em suas redes sociais nessa terça-feira, dia 19. Na última sexta-feira, dia 15, durante a cerimônia de entrega de título de cidadão honorário a Jair Bolsonaro (PL) pela Assembleia Legislativa, em Curitiba (PR), o governador disse que o ex-presidente era o responsável pela “solução do problema” do pedágio no estado.

Desmentido 2

Na gravação exibida por Renan Filho, Ratinho Junior agradece ao governo do presidente Lula (PT) pela nova modelagem do pedágio. “Quero agradecer muito aqui a sua dedicação pessoal, ministro (Renan Filho), em poder fechar com a gente essa modelagem, aquilo que nós pensávamos. Acredito que o seu faro político e a sua experiência política colaboraram muito para que a gente pudesse bater o martelo”, disse o governador no vídeo, feito em maio deste ano.

Desmentido 3

As mudanças no sistema de pedágio rodoviário do Paraná foram debatidas entre Ratinho Júnior e Jair Bolsonaro nos dois últimos anos do governo do ex-presidente. Mas o modelo com as alterações defendidas, parte do processo de delegação dessas rodovias ao Governo Federal, só foi apresentado à União em janeiro deste ano, já na gestão Lula. A própria delegação foi formalizada em maio.

Ponte Bioceânica

Os ministros George Santoro (Transportes, interino) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) assinaram nessa terça-feira, dia 19, em Campo Grande, a ordem de serviço para a obra da alça de acesso à Ponte Bioceânica. As obras, previstas na nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), vão ocorrer na BR-267, no trecho de Porto Murtinho (MS), município que faz fronteira com Carmelo Peralta, no Paraguai. A alça terá 13,1 quilômetros. O projeto prevê, ainda, a implantação de um centro aduaneiro. O valor estimado é de R\$ 472 milhões.

Governo anuncia aumento da mistura do biodiesel do óleo diesel

Percentual do combustível passará dos 12% atuais para 14% a partir de março do próximo ano

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

Após a reunião do Conselho de Política Energética que aconteceu na terça-feira, dia 19, no Ministério de Minas e Energia (MME), o titular da pasta, ministro Alexandre Silveira, anunciou que o percentual de biodiesel no litro do óleo diesel vendido no país passará dos 12% atuais para 14% a partir do mês de março do próximo ano.

De acordo com Silveira, o cronograma foi antecipado para o “B15”, que é a meta de misturar 15% de biodiesel no diesel do combustível. Antes o patamar seria implementado em 2026, mas agora será em 2025. “De B12 para B14 a partir de março de 2024. E o B15 em 2025”, explicou o ministro.

“Hoje nós ampliamos a participação do biodiesel, ainda mais, na nossa matriz. E isso tem dois efeitos: primeiro, diminui a nossa dependência de importação de óleo diesel. Segundo, ajuda a descarbonizar, já que a ANP vem avançando muito na certificação da qualidade dos biocombustíveis. E terceiro, é muito importante, é a gente estimular nossa agricultura nacional”, afirmou Alexandre Silveira.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participou da reunião no MME. O impacto previsto do novo cronograma nas bombas de óleo diesel ainda não foi divulgado pelo Governo Federal.



Divulgação

No início de 2023, o Brasil trabalhava com o diesel do tipo B10, o que corresponde a 10% do biodiesel em cada litro. Atualmente, o patamar que está em vigor é o de 12% desde o mês de abril

No início de 2023, o Brasil trabalhava com o diesel B10, o que corresponde a 10% do biodiesel em cada litro. Atualmente, o patamar que está em vigor é o de 12% desde o mês de abril. No último dia 7, a Petrobras anunciou redução do preço do diesel na venda às distribuidoras. No próximo ano, termina a isenção de impostos sobre os combustíveis, a medida pode elevar os preços nas bombas para o consumidor final.

Importação suspensa

O ministro de Minas e Energia também anunciou que a importação de biodiesel está suspen-

sa. De acordo com Alexandre Silveira, um grupo de trabalho vai debater a possibilidade do país de importar o biodiesel para a mistura de combustíveis.

A Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) havia regulamentado a importação de biodiesel em novembro, a medida até então era proibida. Na ocasião, cada distribuidor ficou autorizado a importar até 20% do biodiesel que utilizava para fazer a mistura enviada aos postos de gasolina.

A partir de agora, a autorização da ANP está suspensa até o fim do trabalho deste grupo de trabalho, segundo Alexandre Silveira. “É fundamental criar um grupo de trabalho para

estudar os impactos da importação aprovada pela ANP”, disse o ministro.

“Enquanto ele [grupo de trabalho] não concluir essa missão, nós ficamos com as importações no status quo, no estado de hoje. E o Brasil continua defendendo o conteúdo local, o biodiesel nacional”, enfatizou o ministro.

A ANP defende que liberar a importação fortalece o mercado e permite que o combustível brasileiro acesse mercados internacionais. Pelas normas anteriores, o biodiesel só podia ser usado pelos distribuidores de combustíveis para consumo próprio ou para experimentos da ANP.

Arthur Lira sinaliza que Reporto não deve ser votado na Câmara, dizem aliados

Presidente da Casa teria sido pego de surpresa ao ser alertado que o incentivo fiscal precisa ser renovado até o próximo dia 31

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

Aliados do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, apontam que a votação da extensão do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e a Ampliação da Estrutura Por-

tuária (Reporto) não deve acontecer no plenário da Casa.

De acordo com líderes partidários, Lira foi pego de surpresa ao ser alertado que o incentivo fiscal precisa ser renovado até o dia 31 de dezembro. Como os trabalhos na Câmara dos Deputados devem ocorrer até esta sexta-feira, 22, a expectativa era de que Lira pau-

tassem o projeto até quinta-feira, dia 21.

Parlamentares próximos ao presidente da Câmara afirmaram que Lira e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, chegaram a conversar sobre a votação do Projeto de Lei (PL) 5610/2023, mas a articulação ainda não obteve êxito.

Caso a Câmara não analise o texto, a perspectiva é de que o governo edite uma Medida Provisória (MP) prorrogando o benefício. A MP pode ser analisada em até 120 pelos parlamentares. O Ministério de Portos e Aeroportos foi procurado para comentar a situação do benefício, mas não retornou o contato.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Dnit assina ordem de serviço para início das obras de acesso à ponte bioceânica

Via, na BR-267/MS, vai ligar a cidade de Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul, a Carmelo Peralta, no Paraguai

Da Redação
redacao@portalbenews.com.br

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) assinou na terça-feira, dia 19, em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, a ordem de serviço que permite o início das obras de acesso à ponte bioceânica, na BR-267/MS. A via ligará Brasil e Paraguai, pela cidade sul-mato-grossense de Porto Murtinho (MS) e de Carmelo Peralta, no país vizinho.

Segundo o Dnit, os serviços incluem elaboração dos projetos básicos e executivos de engenharia; execução das obras de implantação e pavimentação do acesso à ponte internacional sobre o Rio Paraguai; contorno rodoviário de Porto Murtinho na BR-267/MS; e a construção do Centro Aduaneiro de Controle de Fronteira.

Previsto no Programa de



Participaram da solenidade de assinatura ministros, o governador do Mato Grosso do Sul, o prefeito de Porto Murtinho, representantes do Dnit, e demais autoridades e convidados

Aceleração do Crescimento (PAC), o empreendimento na BR-267/MS tem 13,1 quilômetros de extensão (km 678,10 ao km 691,20). Estão previstos R\$ 472 milhões em investimentos federais no projeto. A ponte é parte de corredor que passa por

Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, tornando-se fundamental para aumentar a integração entre os países da América Latina.

Na ocasião, também foi assinada a ordem de serviço que permite a execução das obras de restauração do pavimen-

to com adequação de capacidade do lote 04 da Rodovia BR-267/MS, de Porto Murtinho até Alto Caracol, km 577,00 ao 678,10, com extensão de 101,10 km. O valor total da contratação é de aproximadamente R\$ 240 milhões. O prazo de

execução da obra é de 24 meses.

Participaram da solenidade de assinatura o ministro dos Transportes interino, George Santoro; a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; o governador do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel; o prefeito de Porto Murtinho, Nelson Cintra; o diretor-geral do Dnit, Fabricio Galvão; o superintendente do Dnit no estado, Euro Varanis; e a bancada federal do estado, entre outros convidados.

Rota Bioceânica

A expectativa é que o novo corredor logístico conecte o Centro-Oeste brasileiro ao Paraguai e à Argentina, até chegar aos portos de Iquique e Antofagasta, no Chile. O empreendimento é importante para aumentar a integração entre os países, facilitando o transporte de cargas e passageiros, bem como estreitando as relações comerciais entre os países.

Para Pró-Logística, Rota Bioceânica é vantajosa para contêineres, não para grãos

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O diretor-executivo do Movimento Pró-Logística, Edeon Vaz, afirmou que a Rota Bioceânica, megaestrada que ligará o Brasil ao Chile, passando por Porto Murtinho (MS), não é uma opção viável para o escoamento da produção de grãos de Mato Grosso, mas pode ser vantajosa para contêineres.

Ele se baseou nos resultados do Estradeiro Bioceânico, uma expedição que percorreu o trajeto entre os dias de 12 a 28 de agosto para avaliar oportunidades dessa rota aos produtores de soja e milho do Mato Grosso. As informações foram repassadas ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Cesar Miranda, na última quinta-feira (14).

Edeon explicou que o corredor rodoviário tem limitações



As oportunidades que a Rota Bioceânica oferece aos produtores de soja e milho de Mato Grosso foram avaliadas durante o Estradeiro Bioceânico, realizado em agosto

de carga, custo e infraestrutura que inviabilizam o transporte de grãos quando acessam o Chile. Uma delas é a limitação de peso máximo permitido nos Andes, que é de 28 toneladas, enquanto os caminhões brasileiros podem levar até 74 toneladas.

Vaz apontou ainda que os portos chilenos não têm estru-

tura para receber e armazenar grãos. "Nós já exploramos todas as possibilidades de Mato Grosso com acesso ao Pacífico e não vemos nenhuma vantagem nesse corredor", afirmou o presidente do movimento.

Para Edeon, a Rota Bioceânica é mais adequada para a carga containerizada, que tem

maior valor agregado e pode se beneficiar da redução do tempo de viagem até a China pelo Pacífico.

Mesmo assim, ele ressaltou que o custo rodoviário para cargas do Mato Grosso é maior do que o custo de levar a carga até o Porto de Santos (SP). Também descartou alguma vanta-

gem do transporte feito pelo Peru, pois segundo os estudos, essa logística só compensa para parte do estado de Rondônia e do Acre, e também para produtos containerizados.

O secretário Cesar Miranda não participou do estradeiro, mas concordou que a Rota Bioceânica não é interessante para o transporte de grãos. No entanto, ele defendeu que a estrada pode facilitar a venda dos produtos de Mato Grosso para os países vizinhos, ressaltando que há um mercado potencial de 60 milhões de habitantes nos países que fazem parte do corredor: Peru, Bolívia, Paraguai, Chile e Argentina.

"Muitas vezes pensamos apenas em exportar e vender pelo Atlântico, mas temos possibilidades de movimentar a economia intrarregional", argumentou.

REGIÃO SUL

Grupo Pátria apresenta plano de trabalho e de operações ao Governo do Paraná

Empresa foi a vencedora da concessão do chamado Lote 1 das estradas do estado

CÁSSIO LYRA
cassio@portalbenews.com.br

O governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), se reuniu com representantes do Grupo Pátria Investimentos, empresa que foi a vencedora do leilão do Lote 1 das rodovias paranaenses, realizado no mês de agosto. No encontro, o consórcio apresentou a proposta e planos de trabalho dos serviços ao Governo Estadual. Está previsto que o contrato da concessão seja assinado em 26 de janeiro, com prazo de 30 anos.

O trecho sob responsabilidade do grupo recebeu o nome de Via Araucária e foi o primeiro dos seis lotes do programa a ser leiloadado. Este, inclusive, foi o primeiro leilão rodoviário realizado pelo Governo Federal em 2023.

A previsão é de que a concessionária ganhadora da licitação do Lote 1 invista R\$ 7,9 bilhões em obras de melhorias e manutenção em trechos das rodovias BR-277, BR-373, BR-



O trecho sob responsabilidade do Grupo Pátria Investimentos recebeu o nome de Via Araucária e foi o primeiro dos seis lotes de rodovias que cortam o estado do Paraná a ser leiloadado

376, BR-476, PR-418, PR-423 e PR-427. Segundo o planejamento, 75% dos investimentos serão feitos nos primeiros sete anos do contrato, entre 2024 e 2030.

Os serviços incluem a implantação de 344 quilômetros de duplicações, 215 quilômetros de faixas adicionais, 32 quilômetros de vias marginais, 27 quilômetros de ciclovia, 63 viadutos e trincheiras, além de passarelas, passagens de faunas

e outras obras constatadas no projeto.

“O programa de concessões do Paraná é inovador e vai servir de modelo para todo o Brasil, além de resolver um problema histórico do pedágio no Estado. Fizemos um projeto que alia tarifa justa, muitas obras e transparência em todo o processo”, comentou o Ratinho Júnior.

A empresa também deverá arcar com aproximadamente

R\$ 5,2 bilhões em custos operacionais durante o período de concessão. Na apresentação feita ao governador, todos os serviços operacionais começam a funcionar assim que a empresa iniciar efetivamente as operações e cobrança do pedágio, o que deve ocorrer um mês após a assinatura do contrato.

O Grupo Pátria informou que já está trabalhando para melhorar a infraestrutura nessas locais, com a adequação das

bases operacionais e das praças de pedágio, antecipação dos trabalhos dos itens de segurança viária, como o pavimento, sinalização e conservação das rodovias, além da aquisição de guinchos, ambulância e veículos operacionais que serão utilizados para atender os usuários.

Oportunidades

A concessionária também já iniciou o processo de contratação de pessoal para atender as sete praças de pedágio. Foram abertas cerca de 800 vagas de emprego, com oportunidades para operadores de pedágio, atendimento ao cliente, técnicos de obras, motoristas, entre outras.

Vale lembrar que o conjunto de rodovias federais e estaduais do Paraná foi dividido em seis lotes. Além do Lote 1, o chamado Lote 2 também já teve o seu leilão realizado, cujo Grupo EPR foi o vencedor.

O consórcio será responsável e fará a gestão de um total de 605 quilômetros de estradas nas regiões de Curitiba, Litoral, Campos Gerais e Norte Pioneiro. A assinatura do contrato está prevista para 2 de fevereiro.

REGIÃO NORDESTE

Universidade debate parceria com terminal salineiro do RN

Intenção é que pesquisas ajudem a melhorar a qualidade do sal

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

Professores doutores de química e física da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern) visitaram na segunda-feira (18) o Terminal Salineiro Intersal (TSI), em Areia Branca,

tadas à produção de sal desenvolvidas pelos docentes.

Vinícius Caldeira e João Maria, doutores em Química e Física da Uern, respectivamente, foram recebidos pelo gerente de Operações do TSI, Sydney Lemos. Na oportunidade, conheceram o Porto Ilha e a logística operacional, desde o recebimento, estocagem e embarque do sal nos navios.

O professor Vinícius Caldeira explicou que essa troca de conhecimento possibilita que a universidade, através do desen-



volvimento de projetos de pesquisa e inovação tecnológica, trabalhe na melhoria da quali-

dade do sal que é embarcado pelo TSI. O projeto fortalece também a colaboração científi-

O Rio Grande do Norte é o maior produtor de sal marinho do país, sendo responsável por 95,9% da produção nacional. Daí a discussão sobre parcerias para pesquisas na região

ca/tecnológica entre academia e empresa.

Segundo o professor, a discussão de parcerias para desenvolver pesquisas no setor salineiro da região vem sendo feita há alguns anos. Atualmente, o Rio Grande do Norte é o maior produtor de sal marinho do país, responsável por 95,9% da produção nacional.

REGIÃO SUDESTE

Com contrato renovado, BTP prevê aumento de 40% na capacidade operacional

Autoridade Portuária de Santos anunciou prorrogação de arrendamento até 2047

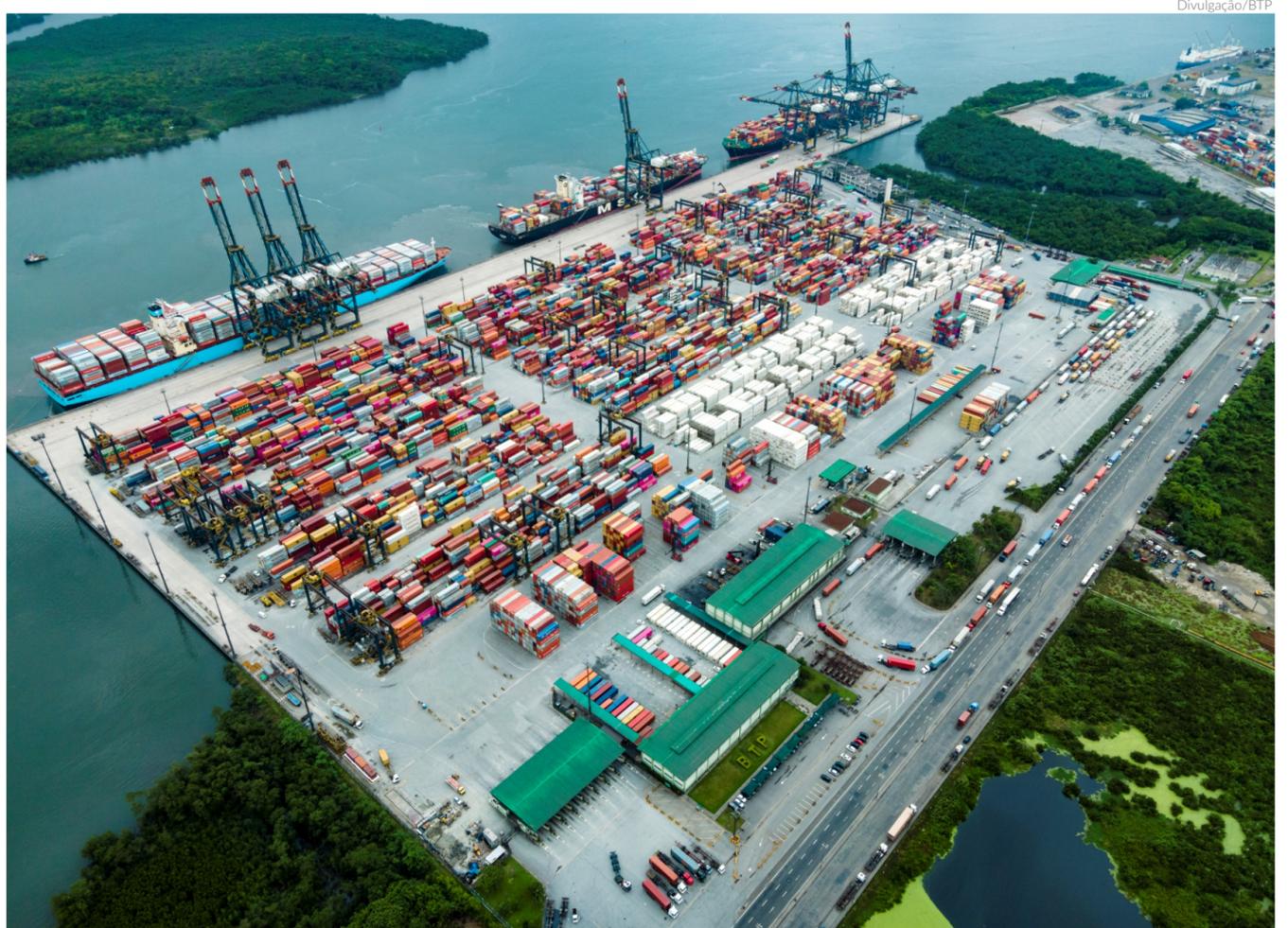
CÁSSIO LYRA
cassio@portalbenews.com.br

A Autoridade Portuária de Santos (APS) e o Ministério de Portos e Aeroportos anunciaram na terça-feira (19) a prorrogação do arrendamento da área da Brasil Terminal Portuário (BTP), localizada na margem direita do Porto de Santos. Como contrapartida prevista no contrato, a empresa vai investir R\$ 1,9 bilhão no terminal de contêineres nos próximos anos. A expectativa é que a capacidade operacional aumente em 40%.

O novo vínculo foi prorrogado por mais 20 anos após o término da vigência atual, valendo até 2047. A prorrogação foi oficializada com a publicação do extrato do termo aditivo no Diário Oficial da União de terça.

O contrato de arrendamento de área da BTP no Porto de Santos tem prazo original de vencimento em janeiro de 2027. Com a prorrogação está previsto o adensamento de área em 23,4 mil m² e a obrigatoriedade de investimentos por parte da arrendatária.

“A manutenção das operações da BTP, no Porto de Santos é importante para o Porto e também para a economia brasileira. A Brasil Terminal Portuário se destaca pela boa logística, tecnologia, modernidade e a implementação de ações sustentáveis, a começar pelo local de suas instalações, reconhecido como um dos principais cases de descontaminação mundial”, comentou o diretor-presidente da APS, Anderson Pomini.



Divulgação/BTP

Como contrapartida prevista no contrato celebrado com a Autoridade Portuária de Santos, a BTP vai investir R\$ 1,9 bilhão no terminal de contêineres nos próximos anos

Processo

De acordo com a BTP, o protocolo do pedido de renovação do contrato de arrendamento foi feito no mês de maio de 2021, com compromisso inicial de R\$1,5 bilhão em investimentos. Com a etapa e aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU) concluídas, os valores foram corrigidos para R\$ 1,9 bi, conforme o compromisso inicial firmado com o governo, valor que pode chegar ao total de R\$2,5 bilhões.

Segundo a empresa, trata-se de um dos maiores investimentos privados em infraestrutura portuária do Brasil dos últimos 10 anos.

Para Ricardo Arten, CEO da

BTP, a prioridade da companhia é aumentar a capacidade operacional do terminal no Porto de Santos em 40%, fazendo com que a movimentação possa chegar à marca de 2,1 milhões de TEUs por ano.

“Vamos crescer em eficiência e sustentabilidade, com muita inovação e novos equipamentos eletrificados e mais digitais, adequados às nossas diretrizes de ESG. Temos a ambição de ser referência em operação portuária de excelência que alie desenvolvimento econômico, geração de empregos, respeito ao meio ambiente e inclusão social”, comentou.

O pacote de investimentos da companhia para o aumento

de capacidade operacional inclui a aquisição de nova frota de equipamentos eletrificados, novas defensas marítimas para o cais, a automatização dos gates e um amplo plano de obras civis de readequação de edificações.

A capacidade de cais do terminal será ampliada com a compra de quatro novos e modernos STS (Portêiner), totalizando 12 equipamentos, além de novas defensas. Ao mesmo tempo, a capacidade de armazenagem de contêineres será expandida, com destaque para a área reefer que passará das atuais 2.128 para cerca de 3.500 tomadas refrigeradas. Também serão adquiridos mais 27 RTG (Rubber Tyre Gantry/Guindaste

Sobre Pneu) e 46 carretas (Terminal Tractor).

Oportunidades

A prorrogação contratual da BTP com o Porto de Santos vai incentivar a geração de mais empregos no litoral de São Paulo, conforme prevê a companhia.

A expectativa atualizada é que, durante o período de prorrogação, a empresa amplie o seu quadro de funcionários, contratando cerca de 500 colaboradores diretos e mil indiretos, atuando durante a fase de obras. Atualmente, a BTP conta com mais de 1.500 colaboradores em seu quadro fixo.

Filipinos são presos com cocaína no Porto de Santos

Dupla tentava embarcar em navio e foi detida por equipes da Guarda Portuária

CÁSSIO LYRA
cassio@portalbenews.com.br

Dois homens foram presos na madrugada de terça-feira (19) ao tentarem embarcar em um

navio no Porto de Santos portando drogas junto ao corpo. Segundo informações da Polícia Federal, os tripulantes, de nacionalidade da Filipinas, carregavam um total de 10 quilos de cocaína.

A Autoridade Portuária de Santos informou que os suspei-

tos foram detidos inicialmente por equipes da Guarda Portuária, por volta de 1h45, durante uma fiscalização de rotina que se deu no portão de acesso ao cais santista.

Segundo a companhia, os filipinos estariam entrando no porto para retornar ao navio

Premium do Brasil, de bandeira da Libéria. A embarcação trata-se de um graneleiro que transporta sucos cítricos.

Os dois tripulantes foram abordados pela Guarda Portuária, que localizou material suspeito em sacolas, que estavam presos ao corpo com o auxílio

de uma cinta elástica.

Os filipinos foram presos em flagrante por tráfico internacional de drogas e conduzidos para a delegacia da Polícia Federal, em Santos. Segundo a PF, a dupla foi encaminhada à Justiça Federal para responder pelo crime cometido.